



MANIFESTO ALMADA TERRA DE IGUALDADE DE GÉNERO

A questão da **Igualdade de Género** começou por ser encarada como emancipação feminina e luta contra a discriminação sexista. Resultou da transição da economia familiar para a economia capitalista; da entrada abrupta da mulher na generalidade das profissões, mercê das guerras; da democratização política que, irregularmente, se foi conquistando ao longo do século passado, e que se materializou particularmente na luta pelo direito ao voto.

Partíamos de uma perspetiva originalmente mais biológica que social. Mas no quebrar de preconceitos sobre as predisposições dos sexos biológicos abria-se já caminho para a forma como hoje se encara esta questão: por oposição à desigualdade entre os sexos, a Igualdade de Género.

Enquanto o sexo é um mero atributo reprodutivo, biológico, o Género é uma construção social. Varia com as alterações da sociedade e abarca-nos a todos e a todas.

O conceito encerra em si mesmo a afirmação de que não é o sexo que nos determina, mas a construção social que sobre ele se edifica: a construção do Género.

Ainda não encaramos totalmente a questão da igualdade do modo que decorre deste passo de gigante na compreensão das relações — e opressões — sociais: é que também o género masculino, usado ainda hoje (mais ou menos subconscientemente) como medida do ser humano, é em si mesmo uma construção.

Não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres. Nem nascemos homens, tornamo-nos homens. E se nos olharmos assim, facilmente percebemos por que razão a Igualdade de Género é um assunto de todas e de todos.

Hoje ainda enfrentamos sérios obstáculos no que toca à Igualdade. Em demasiados pontos.

Na linguagem. Que no caso português é especialmente armadilhada no sentido do “falso neutro”.

Na partilha das tarefas domésticas. O que faz com que a maior parte das mulheres trabalhadoras cumpra um duplo horário laboral. Se continuamos a dizer que as coisas estão diferentes porque o marido ou o companheiro “ajuda” nas tarefas da casa, isso significa que ainda temos um longo caminho para percorrer; porque se alguém “ajuda” é sinal de que não está encarregue, é sinal de que, quando não quer, pode não “ajudar”. É sinal de que ainda aceitamos que há uma divisão biológica do trabalho doméstico, de acordo com o sexo com que se nasce.

Na parentalidade. Porque ainda achamos novidade que um homem queira ser pai, não como um título meramente biológico. Que um pai queira gozar a sua licença de paternidade, que não seja à mãe que compita exclusivamente o cuidado e a educação dos filhos. E isto é um cercar da própria plenitude dos homens como seres humanos, nos seus afetos, nas suas relações sociais, até na sua autoimagem.



Nos estereótipos. Porque desde o berço todas as concepções erróneas sobre o que é nascer menino ou menina, sobre as preferências e interesses que devem ter, sobre se sonham em azul ou cor-de-rosa. Mesmo que com a crise generalizada se esteja a prepará-los para, quando adultos, sonharem a preto.

Porque “parecer uma menina”, “vestir-se como uma menina”, “falar como uma menina”, “correr como uma menina”, “amar como uma menina” ou “amar uma menina”, tudo isto, continua a ser considerado um insulto e é usado como tal corriqueiramente, diariamente, cruelmente. Como se “ser uma menina” fosse em si mesmo ser menos do que “ser um menino”.

Nos direitos sexuais e reprodutivos. Porque a individualidade e a liberdade da mulher ainda não são dados adquiridos nem seguros, mesmo nos países mais desenvolvidos.

Porque continuam a nascer crianças intersexo que são privadas da sua liberdade física e da escolha futura da sua própria identidade, por médicos e instituições que se consideram no direito de decidir que género deve ser atribuído à criança que sai da norma social aplicada à norma biológica. E por isso se realizam cirurgias que causam ainda hoje um dos maiores sofrimentos silenciosos e silenciados por todo o mundo.

Porque existem transgéneros e transexuais com acesso limitado, ou mesmo vedado, ao mercado laboral. Ou mesmo agredidos ou mesmo assassinados, porque são “aberrações”, porque são considerados doentes. Impedidos de viverem livremente a sua personalidade pela única razão de não se identificarem no género com o sexo com que nasceram. Ou porque não se identificam com nenhum dos dois géneros pré-determinados.

Porque a definição formatada e estática do Género nos limita ainda na forma como nos vemos e vemos “o outro”. Na forma como interagimos como pessoas.

Nos direitos laborais. Porque continuamos a não ter salário igual para trabalho igual.

Uma das grandes conquistas do início do século passado foi a noção de que a luta pelos direitos laborais das mulheres era parte indissociável da luta pelos direitos de todos os trabalhadores. É nesse contexto, aliás, que surge o Dia da Mulher Trabalhadora, comemorado ainda hoje a 8 de Março - e confundido muitas vezes com um dia em que se deve oferecer flores. Quando as mulheres inundaram o mercado laboral, e precisamente porque eram catalogadas como “o sexo fraco” - trabalhadoras de segunda tal como eram cidadãos de segunda -, a sua entrada no mundo do trabalho foi usada como nível para baixar os salários a todos os trabalhadores, como concorrência desleal.

Tal como hoje continua a acontecer, ainda com as mulheres, mas também com trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, nomeadamente ilegais. As partes mais fracas da sociedade mais facilmente são usadas como instrumento de prolongamento e aprofundamento da exploração. Mas tal como no caso dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, a solução foi - e é -, não o regresso da mulher à esfera doméstica, não a divisão entre trabalhadores e trabalhadoras, mas a luta pela melhoria de salários e de condições de trabalho. A luta pela dignidade e plenitude social. Por todas e por todos, para todos e para todas.

Mas hoje, ainda hoje, não temos salário igual para trabalho igual. E é difícil perceber como tal é possível.

Pode ser tentador cair no desalento de exclamar, “tantos anos, tantas lutas, e ainda tanto por alcançar”.

Mas o melhor antídoto para esse desalento é percebermos até que ponto hoje, em 2015:

- mais de um século depois da instauração de um Dia Internacional da Mulher Trabalhadora,
- mais de um século depois do movimento sufragista,
- mais de cinquenta anos depois da segunda vaga feminista,
- quase cinquenta anos depois dos motins de Stonewall e d’As Novas Cartas Portuguesas,

muito está ainda por conquistar e está nas nossas



mãos essa conquista.

Em Almada estamos a lutar pela promoção da Igualdade de Género:

- na linguagem;
- no direito à parentalidade;
- nos direitos laborais;
- no combate aos estereótipos;
- no respeito pela individualidade de cada uma e de cada um.

Na educação, na juventude, na cultura, no desporto, na intervenção social, na comunicação, no planeamento, no urbanismo e no desenvolvimento económico.

Porque temos mais instrumentos do que nunca para pensar e agir sobre a nossa realidade. E a este gigantesco, generoso e ultra-diverso passado de lutas e pensamento o devemos.

Sobre ele podemos erigir o nosso Presente, mundialmente e localmente.

O Município de Almada contribui para esse Presente, trabalhando para **“a construção de um Plano Municipal para a Igualdade de Género que se mostre capaz de contribuir de forma efetiva para a construção de um concelho onde a igualdade na diversidade seja cada vez mais uma realidade.”**

Por Almada – Terra de Igualdade de Género.

24 de Outubro de 2015
Dia Municipal para a Igualdade